

19 DEZ 1989

Redução da dívida virá só com ajuste interno

Advertência faz parte do novo documento do Banco Mundial sobre débito externo

PAULO SOTERO
Especial para o Estado

WASHINGTON — A necessidade da adoção de políticas fiscais rígidas pelos países endividados foi reiterada pelo Banco Mundial (Bird) no documento World Debt Tables (Estatísticas da Dívida Mundial), o mais amplo levantamento anual sobre o problema da dívida externa do Terceiro Mundo, divulgado em Washington. "Apenas países que apresentarem um bom desempenho nas suas políticas domésticas poderão beneficiar-se de (esquemas) de redução da dívida e do serviço de suas dívidas", destaca o documento.

A tese, embora conhecida, é relevante para o Brasil na medida em que o governo do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, é um dos próximos da fila de interessados em negociar acordos de redução segundo a estratégia anunciada em março pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady.

A dívida externa dos países em desenvolvimento somará US\$ 1,29 trilhão em 1989 — um aumento de US\$ 6 bilhões ou 0,5% — e está projetada para crescer 2% em 1990, atingindo US\$ 1,319 trilhão. De acordo com o documento do Banco Mundial, o ritmo das reduções

de dívida através de mecanismos formais ou informais de conversão diminuíram em 1989, em comparação com o ano anterior. O valor de face das transações de redução realizadas este ano é de US\$ 14 bilhões, o que representa 1,08% do estoque do total da dívida do Terceiro Mundo.

O Banco Mundial, que defendeu a necessidade da diminuição da dívida dos países em desenvolvimento ao divulgar os dois volumes do World Debt Tables em dezembro do ano passado, e cauteloso na avaliação do Plano Brady até agora. Afirma

que as três negociações, realizadas até agora sob o plano, pelo México, Filipinas e Costa Rica, mostram que o esquema é "útil" e que as dificuldades encontradas em sua implementação não significam que a estratégia tenha "defeitos fundamentais". O documento nota, no entanto, a relutância dos bancos comerciais aos três tipos de redução já negociados e assinala que um simples aumento de 2% nas taxas de juros internacionais seriam suficientes para anular os ganhos que o México, Filipinas e Costa Rica obtiveram nos acordos com os bancos comerciais.